

## A PARCERIA PÚBLICO PRIVADA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE BELO HORIZONTE<sup>1</sup>

Fábio José Alves Garrido<sup>2</sup>

### RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto a Parceria Público-Privada (PPP) firmada entre a prefeitura de Belo Horizonte e a Construtora Norberto Odebrecht S.A, através da Sociedade de Propósito Específico (SPE) Inova BH. Esta PPP é uma concessão administrativa para construção e fornecimento de serviços não pedagógicos de Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEIs) e Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs). De acordo com a literatura sobre o tema esta é a primeira PPP em educação nesta modalidade. A pesquisa pretende analisar os mecanismos de financiamento e de gestão na implementação da PPP. O problema da pesquisa, de um modo geral, indaga sobre o tipo de financiamento e de gestão introduzidos nos sistemas públicos de ensino com a PPP, e, de modo específico, quanto a possibilidade de influência da lógica financeira especulativa no financiamento e gestão do Sistema de Ensino de Belo Horizonte (SME/BH). A hipótese da pesquisa é de que a PPP submete a gestão e financiamento do SME/BH à lógica do capital especulativo através do seu modelo de financiamento e de garantias sustentados no mercado de obrigações com a interveniência da PBH Ativos. Ou seja, promove a financeirização no financiamento e na gestão do SME/BH. A abordagem metodológica fundamenta-se no materialismo-histórico e os instrumentos de pesquisa consistem na pesquisa documental e entrevista semiestruturada.

**Palavras chave:** parceria público privada. Financiamento. Financeirização.

### Situando o problema de pesquisa

Em 2011 a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED/BH) contratou consultoria da Internacional Finance Corporete (IFC) para realização de estudos preliminares para embasar a elaboração de contrato de PPP. Esta consultoria foi contratada sem a necessidade de licitação pelo valor de U\$ 2.072.000,00 (dois milhões e setenta e dois mil dólares) (DOM, 2011). O IFC é o braço utilizado pelo Banco Mundial para investimentos no setor educacional.

Em Julho de 2012 a PBH estabeleceu PPP através de contrato de concessão administrativa com a SPE Inova BH. Inicialmente o contrato previa a construção de 32 UMEIS e 5 EMEFs. Posteriormente foram adicionadas 14 UMEIS com o 3º Termo aditivo ao contrato.

Participaram da licitação para esta concessão administrativa as construtoras Andrade Gutierrez S.A e Norberto Odebrecht S.A. Após vencer a licitação a construtora Norberto

<sup>1</sup> Projeto de pesquisa aprovado pela coordenação do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

<sup>2</sup> Mestrando em Educação. Programa de Pós Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais



Odebrecht S.A criou a SPE Inova BH para ser a empresa responsável por administrar a concessão.

O contrato de concessão administrativa tem duração de 20 anos e valor total de R\$975.658.364,65 (novecentos e setenta e cinco milhões seiscentos e cinquenta e oito mil trezentos e sessenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos). As contraprestações pagas pela PBH são de aproximadamente R\$ 3.246.000,00 (três milhões duzentos e quarenta e seis mil reais). O valor do investimento da empresa privada foi de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais). Esse investimento teve financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tendo o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) como fiador.

A garantia do contrato por sua vez foi estabelecida em seu terceiro termo aditivo através do depósito de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) realizado pelo município para a PBH Ativos. Criada pela lei nº 10.003/2010 a PBH Ativos é uma sociedade por ações de capital fechado e vincula-se à Secretaria Municipal de Finanças.

Tem entre seus objetivos

[...] b) auxiliar o Tesouro municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da Companhia;

c) estruturar e implementar operações que visem à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais; (...)

f) auxiliar o Município em projetos de concessão ou de parceria público-privada, podendo, para tanto, dar garantias ou assumir obrigações; (DOM, 2010)

## Justificativa

A literatura aponta a necessidade de maior aprofundamento e clarificação do conceito de parceria público privada mediante estudo da regulamentação legal da relação entre o público e o privado nos diversos níveis da federação já que vem sendo chamadas de parcerias diversas formas de relação que não se enquadram na lei federal 11.079/2004. Importante notar que os trabalhos identificam como parcerias as relações estabelecidas entre o poder público e o terceiro setor ou contratos pontuais e de curto prazo com o setor privado mercantil. No caso da PPP objeto desta pesquisa a relação é estabelecida com uma empresa privada-



**Secretaria Executiva do FNPE**

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763  
[www.fnpe.com.br](http://www.fnpe.com.br) / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

mercantil de caráter transnacional que tem por finalidade o lucro mediante o pagamento pelo poder público não apenas da construção dos edifícios escolares, mas da gestão de UMEIS e EMEFs por um período de 20 anos. Envolve também um tipo de relação nova entre a concessionária, o poder público municipal e o mercado financeiro através da empresa PBH Ativos. Está nova relação aponta para alterações orgânicas a serem verificadas na forma de gestão e financiamento dos serviços públicos. Pretendo, a partir deste estudo, contribuir na apuração do conceito de Parceria Público Privada como uma determinante das alterações da relação entre o Estado e o Capital ocorrida na atual fase do capitalismo monopolista hegemônico pelo capital especulativo.

O presente projeto de pesquisa tem por objetivo analisar o tipo de financiamento e de gestão introduzidos nos sistemas públicos de educação básica com a implementação da PPP em Belo Horizonte. O problema de pesquisa consiste em buscar compreender como o financiamento e a gestão da PPP impactam o SME/BH. A PPP submete a gestão e financiamento do SME/BH à lógica do capital especulativo através do seu modelo de financiamento e garantias sustentados no mercado de obrigações com a interveniência da PBH Ativos? Ou seja, a PPP pode ser um instrumento de financeirização e mercantilização da educação básica pública?

Considero ser de grande relevância buscar respostas para essas questões na medida em que a mudança na relação entre o público e o privado possibilitada pela PPP pode alterar significativamente a percepção da educação como um direito universal a ser garantido pelo Estado.

A submissão da gestão escolar a lógica financeira pode impossibilitar a gestão democrática da escola. A difusão das PPPs como forma de garantir o acesso a serviços públicos também pode alterar significativamente a concepção do que é público. Esta pesquisa pretende contribuir para a compreensão das consequências do afrouxamento das fronteiras entre o público e o privado mercantil na atual fase do capitalismo hegemônico pelo capital especulativo. Sendo motivado inicialmente pela demanda da própria realidade como membro da direção estadual do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais, em função da publicação de edital de chamada pública para estabelecimento de PPP pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), acredito que esta



compreensão poderá dar subsídios para a atuação de organizações sindicais, movimentos sociais e agentes públicos engajados na defesa de uma educação pública, gratuita, de qualidade, democrática e universal.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, Theresa *et al.* Estratégias para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no Estado de São Paulo. In: *Relatório final do Projeto de Pesquisa*. Processo nº 2007/54207-4 (FAPESP). 2009b. Disponível em <<http://www.bv.fapesp.br/>>. Acesso em jun. 2017.

BANCO MUNDIAL. Aprendizagem para todos, investir nos conhecimentos e competências das pessoas para promover o desenvolvimento. Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial resumo executivo. Disponível em <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTEDUCATION/0,,contentMDK:22474207~menuPK:282402~pagePK:210058~piPK:210062~theSitePK:282386,00.html>> Acesso jun. 2017.

BRYTO, Klener Kleni Costa. O público e o privado na educação básica: o Programa Escola que Vale em Barcarena. 2011. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2011. Programa de Pós-Graduação em Educação

COSTA, F. L. A mercantilização da educação no Brasil sobre lógica da especulação financeira. *Fineduca – Revista de Financiamento da Educação*, Porto Alegre, v.1, n.7, 2011. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/fineduca>>.

NETTO, J. P. Introdução ao método na teoria Social. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

TEIXEIRA, Glecenir Vaz. A participação do setor privado na educação básica pública em municípios mineiros. 2017. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

PERONI, Vera Maria Vidal. Conexões entre o público e o privado no financiamento e gestão da escola pública. *EccoS Revista Científica*, janeiro-junho, 111-132. 2006.